

# DOM FREI EDUARDO JOSÉ HERBERHOLD, O.F.M.: O INÍCIO DE SEU BISPADO NA DIOCESE DE ILHÉUS – BAHIA (1931-1932)<sup>i</sup>

## BISHOP DOM FREI EDUARDO JOSÉ HERBERHOLD, O.F.M.: THE BEGINNING OF HIS EPISCOPATE IN THE DIOCESE OF ILHÉUS – BAHIA (1931-1932)

## OBISPO DOM FREI EDUARDO JOSÉ HERBERHOLD, O.F.M.: EL COMIENZO DE SU EPISCOPADO EN LA DIÓCESIS DE ILHÉUS – BAHÍA (1931-1932)

Oslan Costa Ribeiro<sup>ii</sup>  

**Resumo:** O presente propõe lançar novos olhares sobre as ações pastorais de D. Frei Eduardo José Herberhold, da Ordem dos Frades Menores, segundo Bispo da Diocese de Ilhéus, contextualizando sua trajetória eclesial desde sua eleição e ordenação episcopal, sua passagem por Santarém, no Pará, depois sua nomeação, posse e analisar início de seu governo pastoral na Diocese de Ilhéus, na região sul da Bahia, entre 1931-1932, recorte temporal objeto deste trabalho. Utilizando de fontes impressas, cartas oficiais e registros fotográficos do seu acervo pessoal, procuramos entender quem foi esse importante personagem da história de Ilhéus no século XX, dialogando sobre as possibilidades de interpretação histórica através da biografia, fotografia e literatura. Buscamos também a coerência sobre o assunto, quando por meio de notas explicativas, contextualizamos através de citações dos documentos da Igreja, como: o Código de Direito Canônico (1983) e do Catecismo da Igreja Católica (1992), dando maior entendimento sobre o assunto no que tange a Igreja Católica em sua organização interna e doutrina, por vezes não compreendidos no cotidiano da vida secular.

---

<sup>i</sup> Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso à banca examinadora, sob a presidência da orientadora, Profa. Ma. Gilmar Ferreira de Oliveira Pinheiro (DCHF/UEFS), como requisito para a obtenção do título de Especialista em História da Bahia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

<sup>ii</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

**Palavras-chave:** D. Eduardo José Herberhold; Diocese de São Jorge dos Ilhéus; História Eclesiástica da Bahia; Catolicismo no sul baiano; Hierarquia católica.

**Abstract:** This study aims to offer new insights into the pastoral actions of Bishop Dom Frei Eduardo José Herberhold, of the Order of Friars Minor, as the second Bishop of the Diocese of Ilhéus. It contextualizes his ecclesiastical trajectory from his election and episcopal ordination, his time in Santarém, Pará, to his appointment, inauguration, and analysis of the beginning of his pastoral governance in the Diocese of Ilhéus, in the southern region of Bahia, between 1931-1932, the temporal focus of this work. Utilizing printed sources, official letters, and photographic records from his personal collection, we seek to understand this important figure in the history of Ilhéus in the 20th century, engaging in dialogue about the possibilities of historical interpretation through biography, photography, and literature. We also aim for coherence on the subject by providing explanatory notes and contextualizing through citations from Church documents, such as the Code of Canon Law (1983) and the Catechism of the Catholic Church (1992), to provide a better understanding of the internal organization and doctrine of the Catholic Church, which are sometimes not fully understood in everyday secular life.

**Keywords:** Dom Eduardo José Herberhold; Diocese of São Jorge dos Ilhéus; Ecclesiastical History of Bahia; Catholicism in southern Bahia; Catholic hierarchy.

**Resumen:** Este trabajo propone arrojar nuevas luces sobre las acciones pastorales de D. Frei Eduardo José Herberhold, de la Orden de los Frailes Menores, segundo Obispo de la Diócesis de Ilhéus, contextualizando su trayectoria eclesial desde su elección y ordenación episcopal, su paso por Santarém, en Pará, luego su nombramiento, posesión y análisis del inicio de su gobierno pastoral en la Diócesis de Ilhéus, en la región sur de Bahía, entre 1931-1932, recorte temporal objeto de este trabajo. Utilizando fuentes impresas, cartas oficiales y registros fotográficos de su archivo personal, buscamos comprender quién fue este importante personaje en la historia de Ilhéus en el siglo XX, dialogando sobre las posibilidades de interpretación histórica a través de la biografía, la fotografía y la literatura. También buscamos coherencia sobre el tema, contextualizando mediante notas explicativas y citas de documentos de la Iglesia, como el Código de Derecho Canónico (1983) y el Catecismo de la Iglesia Católica (1992),

brindando mayor comprensión sobre la organización interna y la doctrina de la Iglesia Católica, a veces no comprendidas en la vida cotidiana secular.

**Palabras clave:** D. Eduardo José Herberhold; Diócesis de São Jorge dos Ilhéus; Historia Eclesiástica de Bahía; Catolicismo en el sur de Bahía; Jerarquía católica.

*“Nesse dia chegava o primeiro bispo de Ilhéus. Um recente decreto papal promovera a paróquia de Ilhéus a diocese. Um cônego da Paraíba fora sagrado bispo. Os jornais da Bahia diziam que era um homem de grandes virtudes e grande saber. Para Ilhéus era o bispo, era a importância adquirida pela cidade, era o progresso. Apesar da falta de religiosidade que, segundo o cônego Freitas, caracterizava essa terra, Ilhéus estava orgulhosa de possuir um bispo e se preparava para recebê-lo regamente.” (Jorge Amado em Terras do sem-fim, 1942)<sup>iii</sup>.*

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma continuação do plano de trabalho financiado pelo PIBIC/UESC/CNPq-AF<sup>iv</sup> (2013-2014), da graduação em História (2008-2013), pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e previu a pesquisa das ações pastorais do Bispo D. Eduardo, desde sua posse em 1931 até seu falecimento em 1939, e, integrava o projeto de pesquisa: “Diocese de Ilhéus: ação religiosa, política, social e educacional da Igreja Católica no sul da Bahia”, que se destinava a investigar a trajetória histórica da Diocese de Ilhéus no decorrer dos 100 anos de constituída, a partir de eixos temáticos tais como: educação, política, ação social e patrimônio cultural<sup>v</sup>.

---

<sup>iii</sup> Amado (2011, p. 256-257).

<sup>iv</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Santa Cruz com cota do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na modalidade: Ações Afirmativas, sob a orientação da Dra. Janete Ruiz de Macêdo. Disponível em: <https://uescproic.com/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

<sup>v</sup> O projeto de pesquisa foi fomentado em vista das celebrações do I centenário de criação da Diocese de São Jorge dos Ilhéus, ocorrido em outubro de 2013, tendo um dos pontos

Nossa pretensão agora é nos atermos ao recorte temporal entre os anos de 1931-1932, no afã de analisarmos a trajetória de D. Eduardo mais detalhadamente no advento de sua nomeação para a Diocese de Ilhéus, tomada de posse, primeiras decisões pastorais, tendo por fontes documentos manuscritos (cartas pessoais e oficiais), impressos como o livro biográfico “Dom Eduardo José Herberhold, OFM – Segundo Bispo de Ilhéus (poema e documentário)”, de autoria de D. Caetano Antônio Lima dos Santos, O.F.M. Cap.<sup>vi</sup>, e o uso de fotografias também como fonte para essa discussão. Todas essas fontes foram levantadas a partir de 2011, a maioria no acervo do arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, com autorização eclesial à época, de D. Mauro Montagnoli, C.S.S.<sup>vii</sup> da Congregação dos Sagrados Estigmas, atualmente, Bispo emérito de Ilhéus.

Pesquisar sobre a história de D. Eduardo, se faz necessário e se justifica – no que tange a esse homem alemão de nascimento, que escolheu o Brasil para exercer seu apostolado e missionaridade, feito Bispo da Igreja em Santarém, Pará, como Bispo auxiliar (1928-1931), depois, em Ilhéus, Bahia, como Bispo diocesano (1931-1939) – porque a memória de seu nome,

---

altos da festividade, o lançamento do livro “Diocese de Ilhéus: 100 anos de História”, sob a organização da Dra. Janete Ruiz de Macêdo (PPGH/UESC), lançado pela Editus – Editora da UESC, com dez artigos escritos por pesquisadores envolvidos no projeto.

Disponível para *download* gratuito em:  
[http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese\\_ilheus.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese_ilheus.pdf).

<sup>vi</sup> “Ordem dos Frades Menores Capuchinhos - A 29 de maio de 1517, Leão X, com a bula *Ite vos*, separou a Ordem Franciscana em Frades Menores Conventuais e Observantes. Surgiram reformistas, divididos pelo dilema: viver a experiência fundante de Francisco ou adequar a Ordem aos tempos; A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM.Cap) é um ramo da Família Franciscana que tem São Francisco de Assis como pai e fundador. Sem perder o carisma específico, esta Família Franciscana se dividiu em três ramos principais: Ordem dos Frades Menores (OFM), Ordem dos Frades Menores Conventuais (OFM.Conv) e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (OFM.Cap).”

Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/historia>. Acesso em: 2 ago. 2023.

<sup>vii</sup> “Congregação dos Sagrados Estigmas, fundada em 1816 por São Gaspar Bertoni, na cidade de Verona, no norte da Itália.” Disponível em: <http://www.estigmatinos.com/congregacao/historia>. Acesso em: 2 ago. 2023.

atualmente é lembrado em Ilhéus pela existência de colégio, creche, albergue, rua, posto de combustível, laboratório de análises clínicas, loja de material de construção, e aqui, também incluímos, a praça defronte a Catedral de São Sebastião, que ostenta seu nome e busto de bronze, em alusão ao que ouvia-se dos mais antigos e contemporâneos do seu bispado, que chamavam a catedral que ele começou a construir em 1931, carinhosamente, de “Catedral de D. Eduardo”. E existe um porquê de todo esse reconhecimento e boa fama, mas o questionamento pertinente é, quem foi D. Eduardo na história da cidade e Diocese de Ilhéus?

Para tentarmos responder ao questionamento central deste artigo, precisaremos contextualizar a história da Igreja no Brasil e na Bahia, e através de documentos da própria Igreja Católica consultados, na preocupação de dar sentido aos termos canônicos e doutrinários, que inevitavelmente citaremos neste texto, por estarmos dissertando sobre um Bispo e a Igreja particular de Ilhéus. Cabe salientar que este artigo não é sobre Teologia ou Ciências da Religião, embora não descartemos a possibilidade de diálogo com ambas ciências, mas é uma pesquisa em História, que discutirá as representações de D. Eduardo através das fontes pesquisadas sobre a vida desse homem cujo nome, após quase 85 anos de sua morte, ainda remete o imaginário do povo ilheense ao sagrado, por ter sido ele o construtor do maior símbolo religioso da cidade, uma construção de dimensões monumentais.

## **SOBRE A IGREJA NO BRASIL E NA BAHIA: COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA**

Segundo Mattoso (1992, p. 297), “A Igreja brasileira foi criada em completa subordinação ao Estado, num regime em que a proteção prometida às estruturas eclesiais e à vida religiosa era mal equilibrada”, ou seja, o Estado agia com uma interferência tirânica em assuntos do sagrado, subordinando as decisões dos Bispos não ao Papa, mas à autoridade da Coroa portuguesa. O sistema do padroado<sup>viii</sup>, funcionava como força de garantia da hegemonia

---

<sup>viii</sup> A secularização é o processo de separação, de distanciamento gradual, de ruptura do sistema estrutural de uma sociedade, tendo por base os valores e a moral doutrinária de uma religiosidade, no caso do Brasil, o cristianismo católico, que no período da colônia e do império era a religião oficial do Estado sob o regime do padroado. Nesse período, a Igreja, como parte do Estado, e o clero como, praticamente, funcionários públicos, agiam não somente como sacerdotes dispensadores dos sacramentos, como também, agentes do Estado naquela

religiosa e, em decorrência disso, até fins do século XIX, as necessidades espirituais brasileiras não contaram com uma estrutura eclesial suficiente para atendê-las, se pensarmos nas suas dimensões territoriais, e na sua crescente população.

Com sede na cidade de São Salvador da Bahia, por 362 anos<sup>ix</sup> todo o território baiano esteve sob única circunscrição eclesial<sup>x</sup>, entretanto desde início do século XIX se pensava em dividir o tão extenso território eclesial com sede em Ilhéus, mas, segundo Campos (2006, p. 514), a Freguesia de Ilhéus já sediava uma importante representação eclesial, assim ele cita: “Cumpro notar que, em meados do século XIX existia uma vigararia geral compreendendo

---

localidade, daí o termo ‘freguesia’ e não somente ‘paróquia’, como hoje, para designar, canonicamente, uma comunidade religiosa, pois a freguesia em si sediava um distrito com foros administrativos junto à Coroa, tendo como representante a Igreja, representada pelo seu vigário colado, maior autoridade civil e eclesial na localidade.

<sup>ix</sup> “A Diocese de São Salvador da Bahia foi criada como sufragânea dependente da Sé Metropolitana de Lisboa, em 25 de fevereiro de 1551, pelo papa Júlio III (1550–1555), por meio da bula *Super specula militantis Ecclesiae*, desmembrada da Arquidiocese do Funchal, cidade portuguesa da ilha da Madeira; Em 1676, o rei D. Pedro II, de Portugal, fez uma petição ao Papa Inocêncio XI (1676–1689), para elevar à dignidade de Arquidiocese a então Diocese de São Salvador da Baía de Todos os Santos, com a distinção de metrópole-primaz do Brasil. No dia 16 de novembro de 1676, o Papa Inocêncio XI, pela bula *Inter Pastoralis Offi cii Curas*, elevou-a a Arquidiocese e Sede Metropolitana Primacial.” (Ribeiro, 2013, pp. 17-18).

<sup>x</sup> Circunscrição Eclesial, mesmo que diocese, tem por chefe o bispo, já a Província Eclesial, trata-se de uma arquidiocese e tem por chefe um arcebispo. Embora, uma Diocese seja sufragânea (dependente) à uma Arquidiocese, segundo o Código de Direito Canônico, Cânon 375 §1, diz: “Os Bispos que, por divina instituição, sucedem aos Apóstolos, são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, a fim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo”, já o Cânon 391 §2, complementa: “O Bispo mesmo exerce o poder legislativo; exerce o poder executivo pessoalmente ou por meio dos Vigários gerais ou episcopais, de acordo com o direito; exerce o poder judiciário pessoalmente ou por meio do Vigário judicial e dos juizes, de acordo com o direito.” (1983, pp. 122; 126).

todas as paróquias do sul baiano, com sede em Ilhéus”, ou seja, a vila de São Jorge dos Ilhéus<sup>xi</sup> e sua freguesia<sup>xii</sup> tinha como pároco um vigário geral da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, nomeado pelo Arcebispo, para representá-lo, para agir canonicamente em nome dele, diante das freguesias da região sul baiana, demonstrando que para a Igreja, Ilhéus tinha posicionamento estratégico para administração eclesiástica, assim também como para a Coroa.

É oportuno lembrar que, por determinação de D. João VI, foi elaborado em 1819 um projeto para a criação de novas dioceses, que propunha a divisão do Brasil em sete províncias eclesiásticas ou arcebispados, com 26 bispados. Nada disso ocorreu. Enfim, a estrutura eclesiástica brasileira permaneceu limitada às regras impostas pelo padroado que delegava à Coroa a responsabilidade da ereção das paróquias e a nomeação e custeio de seus responsáveis pastorais, através da Mesa da Consciência e Ordens<sup>xiii</sup>, que, por falta de interesse ou por economia, fez com que pouco avançasse o número de paróquias no Brasil, implicando em sua contenção e controle de gastos.

Com a instalação da República em 1889, e a edição do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890<sup>xiv</sup>, que garantia ampla liberdade de cultos, a estratégia de restauração e expansão da

---

<sup>xi</sup> Conforme Campos (2006, p. 21) sobre a fundação da capitania e vila: “Capitania dos Ilhéus, doado pelo tenebroso *Zelador Fidei* a Jorge de Figueiredo Correia, fidalgo da casa real, escrivão de sua fazenda e seu historiógrafo, dos Figueiredos chamados “do escrivão da fazenda”, - portanto herdou o ofício – sendo carta de doação assinada em Évora a 26 de junho de 1534.” Segundo Barros (2004, p. 100), foi elevada à categoria de cidade, mantendo o mesmo nome, São Jorge dos Ilhéus, pela lei provincial nº 2.187, de 28 de junho de 1881, sancionado pelo Presidente da Província da Bahia, entre 1881-1882, João Lustosa da Cunha Paranaguá, o segundo marquês de Paranaguá.

<sup>xii</sup> Conforme Ribeiro (2013, p. 17): “Em 1556, [D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro Bispo da Bahia (1551-1556)] criou a Freguesia da Invenção da Santa Cruz de São Jorge dos Ilhéus, e seu primeiro vigário foi o padre João Afonso Furtado.” [grifo nosso].

<sup>xiii</sup> “Segundo Caio Prado Júnior, “por efeito do Padroado, a Igreja não gozou nunca no Brasil de independência e autonomia. Os negócios eclesiásticos da Colônia sempre estiveram nas mãos do rei, que deles se ocupava através do Departamento de sua administração já citado acima, a Mesa da Consciência e Ordens”. (Prado Jr., 1957, p. 130 *apud* Mattoso, 1992, p. 297).

<sup>xiv</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 ago. 2023.

Igreja é marcada por nova organização espacial de maneira que favorecesse a articulação em âmbito local, regional e nacional. A estratégia territorial adotada pela Santa Sé buscou enfatizar a missão espiritual da Igreja, sendo agora, considerada uma organização paralela ao Estado; e segundo (Azzi, 2005), enquanto o Estado se encarregava das atividades materiais, ou seja, do cuidado dos corpos, a Igreja se encarregava do fortalecimento da Fé católica do povo brasileiro. A criação de territórios religiosos revela a apropriação de enormes espaços de difusão da fé, dioceses e prelazias abrem caminho para a territorialidade eficaz da religião hegemônica até meados do século XX<sup>xv</sup>.

Dentro desse contexto, em 1893, o Arcebispo, D. Jerônimo Thomé da Silva (1849-1924)<sup>xvi</sup>, toma posse da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, considerada uma das maiores arquidioceses do mundo, em termos de extensão territorial, não de densidade populacional<sup>xvii</sup>.

---

<sup>xv</sup> “Miceli indicou que entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas para os quais foram designados, no mesmo período, cerca de 100 bispos. O autor entendeu que, ao formar em todos os Estados brasileiros pelo menos uma diocese, a Igreja Católica passou a dispor de um “sistema de governo”, com concentração de recursos organizacionais compatíveis às novas realidades externas e internas a ela mesma: dignitários, seminários, pessoal eclesiástico, escola.” (Pinheiro, 2012, p. 34-35 *apud* Miceli, 2009, p. 58).

<sup>xvi</sup> 21º Arcebispo da Bahia 1893-1924 (Magalhães, 2001, p. 76).

<sup>xvii</sup> Segundo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): “A Igreja no Brasil possui 278 circunscrições eclesiásticas, ou seja, territórios ou “Igrejas Particulares” confiada aos cuidados de um bispo. A circunscrição eclesiástica pode ser uma prelazia, uma diocese, arquidiocese, eparquia ou exarcado para fiéis de ritos específicos, e também circunscrições que não tem uma limitação territorial, como a administração apostólica pessoal. De acordo com as informações sistematizadas pela CNBB, as circunscrições eclesiásticas estão divididas assim: 217 são dioceses, 45 arquidioceses, 8 prelazias, 3 eparquias, 1 exarcado, 1 rito próprio, 1 ordinariado militar, 1 administração apostólica pessoal e 1 arquieparquia. Cada uma delas conta com um bispo eleito pelo Papa para administrar o governo pastoral.” Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/saiba-quantos-circunscricoes-religiosas-tem-no-brasil-e-quais-as-dioceses-no-pais-encontram-se-vacantes-a-espera-de-um-novo-pastor/#:~:text=De%20acordo%20com%20as%20informa%C3%A7%C3%B5es,apost%C3%B3lica%20pessoal%20e%201%20arquieparquia>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Para viabilizar o crescimento e melhor administrar o extenso território eclesiástico sob seu báculo, D. Jerônimo encaminha à Santa Sé, em 1910, o pedido de criação da Diocese de Aracajú, compreendendo sua circunscrição ao território do estado de Sergipe, o que foi aprovado pelo Papa São Pio X (1903-1914) que criou a primeira diocese sergipana com sede em sua capital. A partir daí, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia se limitava apenas a todo o território baiano, mas, continuava enorme e de difícil administração eclesiástica.

Somente em 1913, D. Jerônimo, teve seu projeto aprovado junto à Santa Sé, de criação de três novas dioceses sufragâneas à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sediadas nos municípios de Barra do São Francisco, no oeste, Caetité, no sudoeste, e Ilhéus, na região sul. Segundo Silva Campos (2006, p. 511), em janeiro de 1913, D. Jerônimo se encontrava em Ilhéus tomando providências para criação da nova diocese<sup>xviii</sup>, para tanto foi constituída uma comissão formada, pelo cônego vigário José Evaristo de Góes Bittencourt, pelos coronéis Antônio Pessôa, Misael Tavares, Ramiro Ildefonso de Araújo Castro e Domingos Adami de Sá, pelos bacharéis João Mangabeira e José Júlio de Brito, com o objetivo de angariar recursos para formação do patrimônio da nova circunscrição eclesiástica no sul baiano.

O Papa São Pio X, atendeu à solicitação da divisão do Arcebispo Primaz, em 1913, criando enfim as três novas dioceses no interior da Bahia com a mesma bula<sup>xix</sup>, sendo a de

---

<sup>xviii</sup> Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. (Documentos do Concílio Vaticano II, 1997, p. 248).

<sup>xix</sup> “Na Roma antiga, “bulla” significava um pequeno globo de metal vazio, que os vencedores de um prêmio traziam pendente do pescoço. A partir do século VI os Papas empregaram a bula (portadora do nome do Papa respectivo) a fim de autenticar os seus documentos; Bulla conseqüentemente passou a designar o selo ou sinete do Papa. A partir do século XIII Bula designa não apenas o globo de metal, mas a própria carta à qual ele se prende. – Por Bula o Papa geralmente exprime algo de muito solene, tal foi o caso da Bula *Ineffabilis Deus*, que em 1854 formulou a definição do dogma da Imaculada Conceição. Por Bula o Papa convoca os participantes de um Concílio geral, cria ou desmembra uma diocese.” (AQUINO, F. Quais os documentos o Papa usa e qual a diferença entre eles? Disponível em: <https://cleofas.com.br/quais-os-documentos-que-o-papa-usa-e-qual-a-diferenca-entre-eles/>. Acessado em: 28 jul. 2023.

Ilhéus considerada a mais importante, devido à potência econômica cacaueteira, que ajudou na rápida formação do patrimônio da cúria, pois, era de grande interesse da elite política de Ilhéus e região, em conquistar esse aparato eclesiástico simbolizado na figura do Bispo, que iria conferir prestígio e dignidade a cidade elevada à essa categoria apenas em 1881, embora de fundação, fosse uma das vilas e freguesias mais antigas do Brasil colônia, mas a questão toda girava em torno do título de “cidade”, e os poderosos de Ilhéus, investiam no que podiam para que a cidade fizesse jus ao título conferido por lei e sancionado pela presidência da Província, como um “afago”, um “carinho” aos poderosos da cidade de São Jorge dos Ilhéus, em troca de apoio político dos coronéis da região cacaueteira.

A Diocese de Ilhéus foi criada pelo Papa São Pio X<sup>xx</sup> através da bula *Majus Animarum Bonum*<sup>xxi</sup>, de 20 de outubro de 1913. Era o início da retomada da Igreja, agora separada do Estado a partir da Constituição Republicana de 1891, para ampliar o número de dioceses pelo país, para melhor assistência eclesiástica de seus fiéis. A Diocese de Ilhéus foi instalada solenemente quase dois anos depois da criação canônica em 8 de agosto de 1915, em missa pontifical, na secular igreja matriz de São Jorge, elevada no ato à catedral diocesana, quando tomou posse o primeiro Bispo diocesano, D. Manoel Antônio de Paiva<sup>xxii</sup>. Foi de iniciativa dele a demolição, em 1927, da capela do século XVIII de São Sebastião na Praça Luís Vianna, para no mesmo terreno ser construída a nova catedral, projetada pelo arquiteto Salomão da Silveira<sup>xxiii</sup>. Permaneceu à frente da Igreja particular de Ilhéus até 1929, quando foi transferido pela Santa Sé para a Diocese de Garanhuns, Pernambuco.

---

<sup>xx</sup> “Pius PP. X, Giuseppe Sarto, 4.VIII.1903 - 20.VIII.1914.” Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/index_po.htm). Acesso em: 28 jul. 2023.

<sup>xxi</sup> Para o bem maior das almas.

<sup>xxii</sup> Segundo os dados biográficos pesquisados na Cúria Metropolitana da Paraíba, em João Pessoa, PB, em março de 2018, D. Manuel Antônio de Paiva, nasceu na cidade da Gurinhém, Paraíba, em 25 de abril de 1873, filho de José Justino de Paiva e Alcinda Liberalina de Paiva. Ordenado presbítero na cidade da Parahyba do Norte, hoje João Pessoa. Eleito Bispo pelo Papa Bento XV, recebendo a ordenação episcopal em 18 de junho de 1915. Faleceu em Garanhuns, Pernambuco, em 19 de maio de 1937.

<sup>xxiii</sup> Ribeiro (2013, p. 28-31); (2016, p. 1-3).

## A DIOCESE DE ILHÉUS À ESPERA DO SEGUNDO BISPO

A Diocese de Ilhéus ficou em Sé Vacante de 1929 a 1931. Sé Vacante, ou vacância da sede é o período em que uma diocese fica sem Bispo – conduzida por um administrador diocesano se for um padre, ou administrador apostólico se for um Bispo – até a nomeação e posse do novo ordinário local, enquanto se espera os seguintes trâmites: o novo Bispo é nomeado pelo Papa, e o nome do eleito é divulgado por nota da Nunciatura Apostólica no Brasil, representação diplomática da Santa Sé junto ao governo brasileiro, que na época, era sediada na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, por carta à cidade da Sé diocesana que estaria vacante e ao bispo eleito, aonde este estivesse o avisando da eleição e transferência. No caso de D. Eduardo isso aconteceu por meio de carta manuscrita em papel timbrado com as armas da Santa Sé, nº 5.571, de 3 de fevereiro de 1931, assinada pelo Núncio Apostólico no Brasil, D. Benedetto Aloisi Masella<sup>xxiv</sup>, anunciando que o Papa Pio XI<sup>xxv</sup> o tinha nomeado “Bispo de Ilhéus”.

Cabe-me cumprir a grata incumbência de informa a V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> Rev<sup>ma</sup> de que o Santo Padre Pio XI lhe dignou nomeal-o Bispo de Ilhéos.  
Congratulo-me de coração com V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> deste novo testemunho de estima que lhe dá a Santa Sé Apostolica e formulo votos de que V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> no desempenho do múnus goze sempre largamente da assitencia da divina graça.  
Com estes meus votos uno as seguranças que reitero da minha maior estima e distincta consideração com que prezo-me de ter de V<sup>a</sup> Exc<sup>ia</sup> Rev<sup>ma</sup>  
Mui dedicado em Christo,

+ Bento, Arcebispo de (*indecifrável*)  
Nuncio Apostólico<sup>xxvi</sup>

---

<sup>xxiv</sup> “Benedetto Aloisi Masella † (26.4.1927 – 18.2.1946)”. Disponível em: <https://nunciaturaapostolica.org.br/nuncio-2/>. Acesso em: 28 jul. 2023.

<sup>xxv</sup> “Pius PP. XI (Achille Ratti) 6.II.1922 - 10.II.1939”. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.

<sup>xxvi</sup> Nunciatura Apostólica do Brasil, correspondência nº 5.571, de 3 de fevereiro de 1931. Fonte transcrita conforme a grafia original, como serão as demais aqui citadas.

Segundo dados biográficos de Santos (1967, p. 6-12), o nosso investigado, se chamava Joseph Herberhold, nascido a 28 de julho de 1872, em Lippstadt, Alemanha. Foi batizado na igreja de São Nicolau. Foi o primeiro filho do casal Henrique Herberhold, operário metalúrgico, e Tereza Utzil, do lar. O pai faleceu em acidente de trabalho em 1882 causando grande impacto em sua vida e de sua família, ver figura 1, fotografia da família Herberhold, produzida provavelmente pela reunião da família em um casamento, festa de bodas matrimonial, ou simplesmente, pelo motivo de reunir a família para ser fotografada, antes ou depois de um chá ou almoço de confraternização, o que era comum à época. Ana Maria Mauad diz que:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sócio-cultural. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar. (1996, p. 11)

Essa educação do olhar, ou de representação da classe social à qual a família Herberhold ascendeu na realidade alemã dos anos 1920, faz com que essa fotografia seja um documento de uma imagem patriarcal em torno da figura de D. Tereza Utzil, apontada por uma seta na figura 1, mãe de dois frades franciscanos Frei Eduardo e Frei Sigisberto, e que um deles, o Frei Eduardo ascendeu ao episcopado. “A fotografia comunica através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem; possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas como mensagens,<sup>xxvii</sup> ou seja, essa fotografia da família do Bispo tem o peso simbólico de unidade da família – ao menos no ato fotográfico – em torno da matriarca, viúva e religiosa, que deu à Igreja dois de seus filhos homens para o serviço eclesástico, um parâmetro a ser seguido pelos fiéis católicos.

---

<sup>xxvii</sup> Mauad (1996, p. 12).

**Figura 1-**Família de D. Eduardo na Alemanha, fotografia produzida nos anos 1920



Fonte: Acervo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia

O que também representava o desejo de muitas mães de Ilhéus e região em querer ter um dos filhos como padre da Igreja, principalmente, por causa do *status* que isso conferiria à família de ter um membro no clero, mais ainda, se alcançasse o episcopado. Embora, devido ao patriarcalismo<sup>xxviii</sup>, essa ideia era tratada com muita desconfiança pelos chefes de família, que desejava que seus filhos homens fossem seus sucessores políticos, à frente dos negócios, no máximo médico ou advogado. Esse discurso é muito pertinente para contrapor o modelo de

---

<sup>xxviii</sup> Para Aguiar (2000, p. 308): “Um dos autores que mais se detém na análise do patriarcalismo é Gilberto Freyre. Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas.”

relações de família que D. Eduardo teria que saber lidar na sociedade cacauera de Ilhéus, pois, segundo Ribeiro (2001, p. 84),

O casamento tinha importância fundamental, levando os chefes políticos a escolher cuidadosamente as alianças, ou para reforçar os laços de parentesco consanguíneo, com o intuito de resguardar a propriedade, de estranhos; ou para aumentar o poder, unindo-se a outras famílias de prestígio político-financeiro. Da metrópole viera para o Brasil o tipo de família patriarcal, que encontrou no latifúndio e na escravidão, condições básicas para sua sobrevivência. O chefe da família tornou-se senhor de terras e de um grande número de agregados. O grupo familiar não se limitou aos pais, filhos e agregados. Devido aos casamentos entre parentes, os troncos familiares se interrelacionavam, formando um poderoso sistema de dominação política e econômica.

Essa fotografia tem o discurso implícito de que a família é geradora da vida e de vocações para a Igreja e sociedade, sendo que uma das bandeiras defendidas por D. Eduardo também foi o incentivo pelas vocações sacerdotais e religiosas na Diocese de Ilhéus, o que falaremos mais adiante. Mas, em Ilhéus, os arranjos de poder entre as famílias, mesmo que reprováveis aos olhos da fé, teria que ser tolerado pela Igreja, vista como mantenedora da moral cristã e dos “bons costumes”, garantidora da paz social na observância dos mandamentos de Deus e da Igreja, que obedecido pelos coronéis, somente os praticavam quando lhes era conveniente para a manutenção do poder político<sup>xxix</sup>.

D. Eduardo entrou para o seminário diocesano de Paderbon aos 13 anos, embora desejasse ser franciscano. Em 1889, ele e o irmão mais novo ingressam na Ordem dos Frades Menores (Franciscanos da Primeira Observância), passando a serem chamados: Frei Eduardo e Frei Sigisberto, troca de nomes muito comuns em ordens religiosas. D. Eduardo fez seu noviciado em Harreveld – Holanda em 1890, em 1894, já ordenado diácono transitório, veio

---

<sup>xxix</sup> “O grupo familiar possuía também uma conotação espacial, sendo o núcleo dessa unidade de recrutamento os parentes mais próximos ao chefe político, geralmente vizinhos às suas propriedades. Nesse grupo estão incluídos, além dos parentes, os correligionários políticos, tradicionalmente ligados ao líder, o que lhes conferia um ‘status’ de quase parente.” (Ribeiro, 2001, p. 101).

para o Brasil para as missões e o ensino. Em 1895, é ordenado padre no Recife<sup>xxx</sup> e em 1897 chegou a Bahia, onde pregou missões nas localidades mais remotas do enorme estado<sup>xxxi</sup>.

Nesse meio tempo, Frei Eduardo sempre conviveu com seus confrades no Convento de São Francisco da Bahia, no Largo do Cruzeiro, na Cidade do Salvador, e era muito requisitado para pregar retiros espirituais em diversos cleros do norte e nordeste do Brasil. Foi eleito Bispo por Pio XI, anunciado pela carta n. 606, de 17 de janeiro de 1928, como Bispo titular de *Hermopolis Magna*, e coadjutor<sup>xxxii</sup> do Prelado de Santarém, D. Amando Bahlmann, OFM<sup>xxxiii</sup>, sua ordenação episcopal, se deu em Salvador em 6 de maio de 1928. Em seguida, ocorreu sua posse como Bispo coadjutor da Prelazia de Santarém<sup>xxxiv</sup>, Pará, prelazia sustentada pela Ordem dos Frades Menores. Em março de 1931, é transferido de Santarém, e toma posse na Diocese de Ilhéus como segundo Bispo diocesano, mas sendo a primeira e única experiência de sua vida pastoral como Bispo de fato e de direito, já que em Santarém ele era auxiliar do Bispo prelado. Sua passagem a história da Diocese e do povo de Ilhéus pelo seu carisma, humildade e desprendimento das relações de poder que seu cargo impunha e exigia naquela sociedade, já

---

<sup>xxx</sup> Sede do provincialado da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, província à qual D. Eduardo, OFM viveu vinculado até sua ordenação episcopal em 1928.

<sup>xxxi</sup> Santos (1967, p. 8-12).

<sup>xxxii</sup> Bispo nomeado com direito a sucessão quando da transferência ou aposentadoria canônica por idade (75 anos), mas no caso, segundo informações no site da Arquidiocese de Santarém, D. Eduardo tomou posse em 1928, como Bispo auxiliar do Bispo prelado de Santarém, D. Amando Bahlmann, OFM (1908-1939). Portanto, o termo canônico coadjutor não se sustentou por algum motivo em sua chegada a Prelazia de Santarém, e foi convertida como Bispo auxiliar, até sua nomeação e transferência para sua primeira diocese de fato e de direito, como Bispo diocesano de Ilhéus.

<sup>xxxiii</sup> Disponível em: <https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/bispos/2/dom-amando-bahlmann-ofm>. Acesso em: 28 jul. 2023.

<sup>xxxiv</sup> Prelazia criada por São Pio X em 1903, entregue aos cuidados pastorais dos frades menores da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil em 1907, foi elevada à categoria de Diocese em 1979, por São João Paulo II, e à Arquidiocese de Santarém, a segunda no território do Estado do Pará, em 2019, pelo Papa Francisco. Disponível em: <https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/historia>. Acesso em: 6 ago. 2023.

que a Igreja em sua hierarquia lutava para conquistar seu espaço de poder no Brasil republicano, e combatia o discurso de secularização e laicidade da sociedade brasileira.<sup>xxxv</sup>

A partir do início da retomada das rédeas da Igreja pelos Bispos no início do século XX, com a criação de novas dioceses pelo Brasil, a Igreja buscava uma renovação pastoral considerável, no que tangeu à concepção de novas associações de fiéis leigos, comprometidos com a prática da fé católica, na maior observância dos sacramentos e obedientes à hierarquia eclesiástica. Era a consolidação do movimento de reforma interna da Igreja no Brasil, que previa desarticular as antigas irmandades e ordens terceiras, em prol de novas associações de fiéis baseadas nas novas devoções, propagados no país por missionários religiosos de origem europeia, segundo nos afirma Azzi (2001).

Nosso recorte de pesquisa 1928-1932, compreende o período entre a posse e a morte de D. Eduardo, Bispo da Igreja em Ilhéus, membro dessa elite eclesiástica, que refletia essa Igreja em busca da organização institucional e autônoma no Brasil republicano, principalmente, no que diz respeito aos seus bens no litígio contra o Estado para reaver seu patrimônio, e prover sua autonomia material e financeira, conforme aponta Miceli (2009)<sup>xxxvi</sup>. D. Eduardo buscava

---

<sup>xxxv</sup> “Apontando os males e os erros, os falsos princípios e as perniciosas doutrinas das constituições civis, o glorioso pontífice lembra os deveres particulares dos cidadãos católicos, mostrando a necessidade de tomarem parte nos negócios públicos, para que fazendo triunfar os sãos princípios e a verdadeira moral, possa dar uma orientação verdadeiramente cristã à sociedade.” (Leituras Religiosas da Bahia, 19 de outubro de 1902 apud Santos, 2006, p. 12).

<sup>xxxvi</sup> Segundo Miceli, 2009, as duas primeiras décadas do regime republicano foram marcados por apropriação do Estado dos bens da Igreja como: conventos, escolas, santas casas de misericórdia, seminários, e que o litígio foi para o âmbito do judiciário, quando a Igreja começou a tentar reaver boa parte desses bens imóveis, por outro lado, a reorganização da Igreja com criação de dioceses em cada unidade federativa era uma forma de estadualizar a administração eclesiástica sob o comando de um bispo e de seu gabinete governamental, que em termos canônicos seria a Cúria Diocesana para dioceses, ou Cúria Metropolitana, para o caso de arquidioceses. Além do mais, outro órgão eclesiástico que já existia no Império, voltou a ganhar força da República, pela necessidade da Igreja defender seu patrimônio no Brasil, é o cabido dos cônegos, geralmente existente nas arquidioceses. O cabido dos cônegos era um grupo de padres eleitos pelo arcebispo para compor o cabido, cuja função era de administração

investir na ampliação do patrimônio da Diocese com o início das obras da nova catedral, pois, foi construída no mesmo terreno da antiga capela de São Sebastião, demolida em 1927, e que, com sua construção e lenta conclusão, representaria a imposição simbólica e o peso do poderio eclesiástico naquela sociedade.

Mesmo com as garantias constitucionais, as relações da elite política local com a elite eclesiástica, no caso de Ilhéus, eram estreitíssimas, haja visto, que, para ter sido escolhida para sediar uma diocese, a elite política de Ilhéus, arregimentou esforços e parcerias para a formação do patrimônio da cúria. Segundo nos consta, entre Barra, Caetité e Ilhéus, Ilhéus foi a que mais se empenhou para tal, devido ao desenvolvimento econômico da região cacauieira, que doou, não simplesmente por causa da fé, mas, por causa do que representaria para toda região sul da Bahia, de se ter um bispado instalado na cidade de Ilhéus, que conferiria àquela sociedade aristocrática, o coroamento da liderança de Ilhéus sobre as outras cidades da região. A questão do processo de secularização, não seria comprometido a partir dessa argumentação, ao contrário, as elites, tanto política quanto eclesiástica, tinha seus interesses econômicos e de poder.

### † *D. Eduardus Josephus Herberhold, Episcopus Ilheosensis: A posse canônica da Diocese de Ilhéus*

*Bahia, 18 de Março de 1931*

*Meu bom Pe. Vigário,*

*L. J. Chr.<sup>xxxvii</sup> Neste momento recebo seu amável telegramma de 18 de Fevereiro. Eu já tinha partido de Santarém, donde me remetteram o telegramma em carta. Queria desculpar, portanto, a demora da resposta. Muito penhorado lhe agradeço e de coração lhe envio e a todo seu feliz rebanho a minha benção, com o desejo de apertal-o, quanto antes ao meu coração. No domingo vindouro tomarei posse da Diocese. Recommendo-me às suas orações e às de seu bom povo.*

---

dos bens do patrimônio da cúria, em sua maioria, esses padres tinham conhecimento do Direito Civil e Canônico para exercer essa função junto ao arcebispo.

<sup>xxxvii</sup> Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

+ D. F. Eduardo José Herberhold, O.F.M. Bispo de Ilhéos.<sup>xxxviii</sup>

Conforme carta acima de D. Eduardo ao – quem acreditamos – ser o pároco da Catedral Matriz de São Jorge dos Ilhéus, ele já havia partido e se despedido do povo de Santarém, Pará, e já estava no Convento de São Francisco da Ordem dos Frades Menores em Salvador, descansando e se preparando para pegar mais um pacote no porto da Bahia rumo ao porto da cidade de Ilhéus que o esperava. Por diversas vezes D. Eduardo faria esse itinerário marítimo Ilhéus – Salvador, Ilhéus – Rio de Janeiro, já que na década de 1930, o mar era a única opção de saída de sua sede diocesana para outros lugares do Brasil e do mundo.

Mesmo depois de ter sido ordenado Bispo, D. Eduardo manteve estreitas relações com sua Ordem, embora como Bispo, canonicamente, não mais a pertencesse, já que um Bispo não pode ser súdito de ninguém, por assim dizer. Como religioso franciscano professo, o que D. Eduardo viveu entre 1889, quando ingressou no noviciado, até a sua saída da Ordem dos Frades Menores, por causa de sua eleição e ordenação episcopal, em 1928, ele serviu a Ordem como Ministro Provincial eleito, na Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil<sup>xxxix</sup>, por duas ocasiões em 1913 e em 1926<sup>xl</sup>, quando provavelmente teve seu segundo mandato interrompido por causa de sua eleição como Bispo pelo Papa Pio XI em janeiro de 1928.

---

<sup>xxxviii</sup> Primeira carta de D. Eduardo ao padre vigário da Freguesia de São Jorge dos Ilhéos. Acervo: Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia. Fonte manuscrita pesquisada entre 2011-2012. Citada conforme a grafia original como serão todas as fontes citadas neste artigo.

<sup>xxxix</sup> “A Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil é uma das nove instituições franciscanas do Brasil pertencentes à Ordem dos Frades Menores fundada por São Francisco de Assis, sendo a mais antiga do Brasil. Territorialmente presente em sete dos nove estados do Nordeste do Brasil, a Província de Santo Antônio tem por missão anunciar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo pela observância dos Conselhos Evangélicos de Obediência, Nada de Próprio e Castidade. Com sua Sede no Recife, essa instituição franciscana conta com dezoito presenças, doze paróquias, e o Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé.” Disponível em: <https://www.ofmsantoantonio.org/p/pagina/historia>. Acesso em: 31 jul. 2023.

<sup>xl</sup> Disponível em: <https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/bispos/3/dom-eduardo-herberhold-ofm>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Mesmo depois de Bispo, continuava a ser positiva referência para seus confrades da antiga província e para outras dioceses brasileiras, na continuidade dos convites para pregação de retiros espirituais e como Bispo ordenante de frades presbíteros, ou seja, que seriam ordenados padres. A exemplo disso, na figura 2, recorte de um jornal não identificado, provavelmente trazido da imprensa de São Luís do Maranhão, em foto oficial publicada de encerramento do retiro espiritual do clero diocesano de São Luís, com a seguinte legenda: "*O ilustrado Clero da Diocese do Maranhão, reunido em Retiro Espiritual. No centro o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Helvecio Gomes de Oliveira e o religioso franciscano, frei Eduardo Herberhold, pregador do Retiro.*"

Na foto vê-se sinalado em caneta o futuro D. Felipe Conduru Pacheco (1892-1972), como padre, e D. Eduardo, de hábito franciscano antes de ser sagrado bispo também. D. Felipe sucederia D. Eduardo como Bispo de Ilhéus, em 1941. Atrás desse recorte de jornal tem o nome de D. Avany Amorim de Almeida, sem data, mas provavelmente, tal recorte de jornal deva ser da década de 1920.

**Figura 2** Recorte de jornal com foto oficial da conclusão de um retiro espiritual para o clero, pregado por D. Eduardo, na Diocese de São Luís do Maranhão, na década de 1920



O ilustrado Clero da Diocese do Maranhão, reunido em Retiro Espiritual.--  
No centro o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Helvecio Gomes de Oliveira e o  
OO religioso franciscano, frei Eduardo Herberhold, pregador do Retiro. OO

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia

Segundo Santos (1967, pp. 24-29), discorre que enquanto simples frade ordenado padre, mesmo que exercendo o mandato de Ministro Provincial, D. Eduardo não se esquivava de fazer missões. Existe registro de suas andanças nos estados do Amazonas, Pará e Maranhão, principalmente no território da Prelazia de Santarém, no Pará, da qual depois de ordenado Bispo em 1928, assumiu a função de Bispo auxiliar. Enquanto transitava nos vapores do Baixo Tapajós, rezava missas e atendia a confissões a bordo, fazendo com que seu nome fosse conhecido por viajantes, moradores ribeirinhos, e aldeamentos indígenas de diversas nações, apontado por Santos (1967, p. 29), tendo por fonte um jornal de grande circulação no estado da Bahia<sup>xli</sup>: “D. Eduardo chegou a ser considerado um grande entendido nas línguas de várias tribos”.

Essa experiência missionária do Frei Eduardo feito Bispo, o ajudaria muito nas difíceis terras dos cacauais da Diocese de Ilhéus. Segundo a tradição oral da região sul da Bahia, D. Eduardo era lembrado por esse empenho pessoal em suas visitas pastorais aos municípios da Diocese e às longas desobrigas<sup>xlii</sup> que ele mesmo se impusera na fazer, já que não era obrigado

---

<sup>xli</sup> Segundo nota de fim de texto do livro de Santos (1967), a fonte da imprensa consultada foi: A TARDE, Salvador, Bahia, de 25 de julho de 1939, edição de homenagem póstuma no dia seguinte da morte de D. Eduardo.

<sup>xlii</sup> “Até o século V aproximadamente, a sede da diocese contava apenas com a Igreja central, onde o bispo com seus presbíteros e diáconos exerciam as funções sagradas – essa era a comunidade. Com o aumento populacional dos fiéis expandindo-se para a zona rural, o bispo enviava um de seus presbíteros para a assistência espiritual àquele povo. Esse processo gerou o início da estruturação da paróquia, que também era a comunidade. No Brasil, o processo foi um pouco diferente: a paróquia se constituiu na cidade, e na zona rural criaram-se as chamadas capelas, onde os padres da paróquia davam assistência ao povo de tempo em tempo, nas desobrigas. As capelas tinham um presidente, que fazia o contato do povo com o padre. Muitos presidentes ficavam nesse posto até morrer. A capela funcionava conforme o desejo do presidente e quando o padre passava para a desobriga. O que sustentava a vida da capela eram os movimentos eclesiais com a reza do terço, ladainhas e outras devoções. Esse costume, fruto do seu tempo, segurou a fé de muitos seguidores, e o espírito da tradição garantiu a

canonicamente, mas pelo seu zelo missionário, se empenhava a conhecer suas paróquias, mesmo que na zona rural, em companhia dos seus respectivos párocos. Tido como simples e acessível a todos, comia e dormia nessas viagens de desobriga, tanto em casa dos coronéis – o que era tido como privilégio receber um Bispo da Igreja – quanto na casa de pequenos proprietários também. Antes mesmo das reformas do II Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), onde a Igreja se desfez desse entendimento principesco do episcopado, na tentativa de aproximar a hierarquia eclesial do povo, a Diocese de Ilhéus, já havia experimentado essa aproximação de um Bispo com o seu povo 30 anos antes, devido aos valores que D. Eduardo vivia pela sua formação religiosa pelo carisma de São Francisco de Assis<sup>xliii</sup>, fundador da família franciscana. A figura 3, demonstra fortemente o poder da imagem de um franciscano, quando Kossoy (2012, p. 168) diz que:

A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens

---

continuidade, passando os rituais de pais para filhos. A vida pastoral girava em torno da sede paroquial, que concentrava todas as atividades; as capelas praticamente viviam dos restos. Com o advento do Vaticano II, em muitas dioceses essas capelas foram transformadas em comunidades, com outra política organizacional.” Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/paroquia-rede-de-comunidades/>.

Acesso em: 22 ago. 2023.

<sup>xliii</sup> “O Catecismo da Igreja Católica vai nos dizer que "os carismas são graças especiais que, direta ou indiretamente têm uma autoridade eclesial, ordenados como são para a edificação da Igreja, o bem dos homens e as necessidades do mundo". (CIC 799) Sendo assim o carisma que o Bom Deus colocou no coração de Francisco e que o fez conhecer a partir dos passos que eram dados com os encontros com o Senhor, com os pobres, com o Evangelho e com os irmãos, é um sopro do Espírito Santo no mundo pois está fundado na experiência do Cristo encarnado, crucificado e eucarístico que nos ensina a sermos mais irmãos e seguir os passos do Mestre. Algumas colunas fazem com que este carisma se torne cada dia mais vivo, atual e profético na sociedade.”

Disponível em: <https://www.ofmsantoantonio.org/p/institucional/carisma>. Acesso em: 31 jul. 2023.

retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem.

Mas, a vida de D. Eduardo na primeira metade do século XX, em suas fotografias o hábito faz sim o monge e reforça a imagem de Bispo, antes de tudo franciscano o que pressupunha ser amante da pobreza e aversão às honrarias terrenas, mesmo que essas honrarias fossem da própria hierarquia eclesiástica. D. Eduardo fundiu a sua figura à da catedral que ele iniciou a construir, por ter assumido a missão nada fácil de angariar fundos para isso, pondo sua pessoa e necessidade em segundo plano.

É quando cai por terra a falácia criada na região cacauzeira da Bahia, de que o patrimônio arquitetônico foi financiado tão somente pela renda da monocultura do cacau, o que não se sustenta, ao menos no caso que pesquisamos sobre a construção da atual igreja matriz de São Boaventura do Poxim em Canavieiras (1912-1932) e da atual catedral de São Sebastião em Ilhéus (1931-1967), onde as fontes mostraram<sup>xliv</sup> a dificuldade das comissões para a construção das duas igrejas, comissões presididas pelo pároco em Canavieiras, e pelo Bispo em Ilhéus. Existe também o indício de que todas as paróquias, não somente da cidade, mas de toda Diocese de Ilhéus, fizeram coletas de donativos para serem investidos nas obras da nova catedral diocesana.

Todo período da construção da nova catedral de Ilhéus, revelava insatisfação dos padres da Igreja na perda do controle religioso na cidade, diante das transformações culturais e

---

<sup>xliv</sup> As fontes da imprensa em Canavieiras, entre 1903-1932, jornais “Monitor do Sul”, “A Razão” e “O Progressista” publicaram várias reclamações dos padres de Canavieiras contra a resistência da elite política local em fazer doações para as obras de construção da nova igreja matriz de São Boaventura do Poxim, entre 1912-1932. No caso da construção da nova catedral de Ilhéus, entre 1931-1967, a situação foi a mesma, mas foi ampliada para todo o território da diocese de Ilhéus que compreendia todos os municípios do Baixo-sul, Sul e Extremo Sul da Bahia, onde D. Eduardo e seus sucessores, determinavam a cota de doação que cada paróquia haveria de assumir, angariar e mandar para a Cúria Diocesana investir nas obras de construção e acabamento, ou seja, a cidade de Ilhéus ostenta um monumento construído a partir da doação de fiéis católicos de todos os municípios da extensa diocese. O templo da catedral está na cidade, mas, pertence a toda diocese.

urbanísticas em que a cidade atravessava no início do século XX, em nome do progresso, fomentada pela elite local, detentora econômica da monocultura cacaeira e da política municipal, fez com que a Igreja não mais se sentisse contemplada nessas relações de poder, o que a fez buscar para se afirmar como a outra parte dessa elite, a elite eclesiástica.

**Figura 3 D.** Frei Eduardo, OFM, aos 57 anos, em fotografia com seu hábito franciscano, em foto-cartão postado pelos Correios em Belém, em 1929, quando ele já era Bispo auxiliar na Prelazia de Santarém, Pará



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia

Queremos discutir que a economia cacaeira não era tão benevolente ao abrir suas burras-de-dinheiro para se construir igrejas, muito menos de sustentar o clero. Os padres em suas paróquias e respectivamente os bispos em suas cúrias e estruturas administrativas de uma diocese, no período de reestruturação da Igreja na República velha (1890-1930), apreenderam a recriar seus meios de sustento, e de recuperação, ampliação e aquisição do patrimônio da Igreja<sup>xlv</sup>. Templos, colégios, seminários, hospitais, asilos, terrenos e muitas outras obras, ainda se encontravam em pleno litígio judicial entre a Igreja e o Estado desde a separação em 1890-1891, em busca de reconhecimento de propriedade, e quando essa decisão saía, ainda demorou outros anos e décadas para efetivação da reintegração de posse.

---

<sup>xlv</sup> Miceli (2009, p. 24).

Paralelo a isso, a Igreja buscava construir o novo, ressignificando antigos estilos arquitetônicos (gótico, românico, etc.) para simbolizar a sua consolidação como uma “elite” na sociedade, mas não qualquer elite na vertente econômica ou política, e sim, como elite eclesiástica católica, a guardiã da sã doutrina e das Sagradas Escrituras, no combate aos erros da era moderna, discurso tão combatido no magistério da Igreja nos pontificados de Leão XIII (1878-1903) e São Pio X (1903-1914), e que ressoaram por todo o século XX até o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1963).

A Igreja da época de D. Eduardo, era a Igreja de Pio XI, regida pelos princípios dos Concílios Tridentino (1545-1563)<sup>xlvi</sup> e Vaticano I (1869-1870)<sup>xlvii</sup>, e foi nesse espírito de abnegação, que D. Eduardo saiu do convento de sua ordem em Salvador, rumo a Ilhéus pelo mar, atracando no porto de sua nova Sé diocesana, com posse marcada e avisada com antecedência ao representante do Papa junto ao governo brasileiro, que em carta n. 5.813, de 11 de março de 1931, o Núncio assim escreve e responde a D. Eduardo: *“Recebi o telegramma de V<sup>a</sup> Excia. Revma. Em que me notifica o dia 22 do corrente mez, como a data de sua tomada de posse do governo da diocese de Ilhéos, comunicação que, penhorado, agradeço.”*

---

<sup>xlvi</sup> Vernard, 1995, pp. 331-345.

<sup>xlvii</sup> Alberigo, 1995, pp. 367-385.

**Figura 4** Tomada de posse de D. Eduardo da Diocese de Ilhéus, Bahia – 22 de março de 1931



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia

Campos (2006, p. 680), diz: “No dia 22, fez sua entrada solene na diocese o 2º bispo, D. Frei Eduardo José Herberhold, com enorme concurso de fiéis, e muitas demonstrações de respeito de júbilo.” A figura 4, é uma fotografia da foto original, ou seja, uma reprodução da foto da foto, de qualidade e resolução inferior, mas a preocupação de quem a fez tinha a preocupação de que “a cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível”<sup>xlvi</sup>, e diz muito, pois, o mesmo homem outrora fotografado como um humilde franciscano com seu hábito, agora é fotografado com os paramentos litúrgicos pontificais de um Bispo da Igreja na procissão de entrada da missa de sua posse na primeira e única Diocese que governou, “a vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade” às portas da Catedral-matriz de São Jorge dos Ilhéus, ladeado de fiéis homens, de dois padres, apenas uma mulher e uma criança aparecem no ângulo do fotógrafo, o que podemos interpretar como reflexo daquela sociedade do início dos anos 1930, onde a mulher e a criança não tinha lugar de representação, a não ser na frequência de missas e atos religiosos, que em Ilhéus, era entendido como “coisa de mulher”.

<sup>xlvi</sup> Kossoy (2012, p. 168).

O Bispo rezava suas frases latinas, as moças do colégio das freiras cantavam no côro da igreja, enquanto sóror Maria Teresa de Jesus tocava o órgão que a firma “Zude, Irmão & Cia.” oferecera à Matriz. A concorrência de homens não era grande. Quase que só mulheres enchiam a igreja, os coronéis e os exportadores contentavam-se com pagar a bênção.<sup>xlix</sup>

A literatura amadiana é a crônica de um autor que nos enlaces das letras e tramas, desvelava um novelo, que escrevia com autoridade de caso, pois, tratava do cotidiano da cidade e região que nasceu e cresceu, mesmo sendo filho de um coronel do cacau, mas, sob a perspectiva da crítica social do modelo de sociedade que se impunha à época. Não cabe aqui uma discussão entre gênero e literatura, mas, na Igreja a hierarquia é masculina, mas são as mulheres quem a faz existir, na crença, na catequese dos próprios filhos e dos outros, em sua maioria, grandes propagadoras da fé e da religiosidade, não só cristã-católica, mas, nas diversas denominações de religiões de matriz cristã ou não. A obra de Jorge Amado, embora não tenha obrigação de equivalência com o fato histórico em si, pois trata-se uma obra ficcional, reflete conflitos e modelos dessa sociedade que estudamos, onde o que mais interessava para a elite dos coronéis era o poder que representava um Bispo para Ilhéus do que sua função espiritual para a Igreja.

A história, assim, ao envolver um escritor, o arroja contraditoriamente para fora de si. Para que ele cumpra o papel e o destino que lhe cabem, é necessário que se perca nos meandros de possíveis inviáveis; a literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos<sup>1</sup>

Outro fato histórico que Jorge Amado traz em São Jorge dos Ilhéus, é sua percepção à construção da nova catedral no terreno da capela de São Sebastião demolida em 1927. Construção iniciada por D. Eduardo em 1931, paralisada por causa dos impasses com o prefeito Eusínio Lavigne<sup>li</sup>, que não aceitava a construção no terreno da antiga capela demolida, mas, em

---

<sup>xlix</sup> Amado (1944, p. 160).

<sup>1</sup> Sevcenko (2003, p. 30).

<sup>li</sup> “Líder da revolução de 1930 em Ilhéus, foi interventor de 1930 a 1934, sendo eleito Prefeito neste último e governando a cidade até 1937, quando foi cassado e preso em razão de ser adversário da ditadura do Estado Novo. Como prefeito, sem qualquer sombra de dúvidas,

outro bairro criado na intenção de promover a expansão urbanística da cidade de Ilhéus para além do centro antigo. Além do prefeito Eusínio Lavigne, D. Eduardo enfrentou a oposição do jornalista João Amado que “queria o novo domo na Cidade Nova e outros opinavam pela sua localização mesmo sobre as ruínas da demolida igreja de São Sebastião, na praça Luiz Viana”.<sup>lii</sup>

O próprio memorialista João da Silva Campos, aqui amplamente citado, em seu livro de crônica percebe-se o apoio ao discurso do prefeito Eusínio Lavigne sobre a questão da nova catedral. Jorge Amado era contemporâneo, assumidamente, amigo e admirador de Eusínio Lavigne, ambos, membros do Partido Comunista, o romancista grapiúna “oscila, de acordo com o período de produção de suas obras. Do escritor engajado ao militante e, até mesmo, um vanguardista”<sup>liiii</sup>

No lugar onde fôra a pequena igreja de São Sebastião se iniciavam as obras da nova Catedral, feia e majestosa, digna de uma grande capital, apesar de que a gente de Ilhéus continuava tão irreligiosa quanto antes. Também na frente do Colégio das Freiras se elevava uma linda igreja, debruçada sobre a cidade. Próximo estava o Palácio do Bispo, mais rico, garantiam os grapiúnas, que o do Arcebispo da Bahia. Era um palácio pintado de uma cor de barro, quadrado e deslegante na sua falta de arquitetura.<sup>liv</sup>

Em janeiro de 1932, D. Eduardo retomou as obras da construção da nova catedral no terreno da antiga capela demolida. O projeto arquitetônico de autoria de Salomão da Silveira foi contestado pelo prefeito Eusínio Lavigne e seus apoiadores, metaforicamente Jorge Amado a chamou de “feia e majestosa” na citação acima, mas, mesmo após o impasse o interventor da Bahia, Juracy Magalhães deu o caso por encerrado, dando razão a D. Eduardo que tocou a obra até o fim de sua vida em 1939.

---

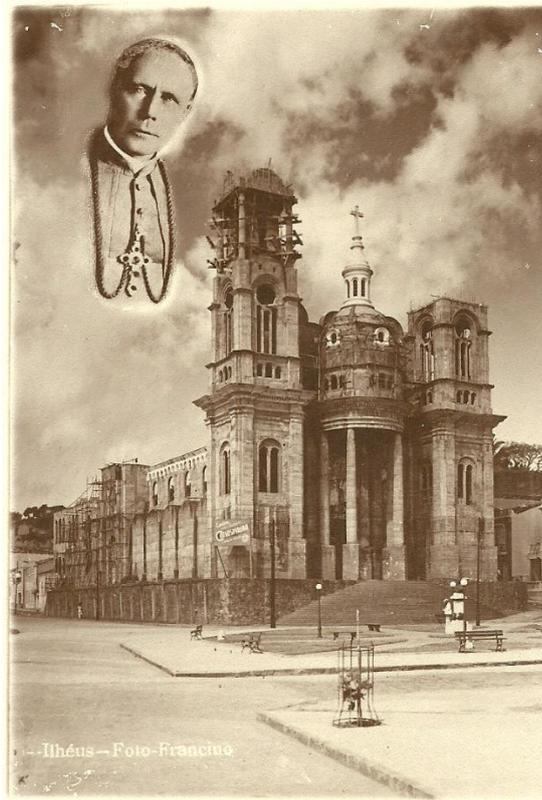
foi o melhor governante de Ilhéus em todos os tempos, a ele é devido o atual perfil urbanístico da cidade.” Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/2011/06/09/eusinio-lavigne-un-ilheusense>. Acesso em: 8 ago. 2023.

<sup>lii</sup> Campos (2006, p. 681).

<sup>liiii</sup> Pontes (2009, p. 149)

<sup>liv</sup> Amado (1944, p. 58).

**Figura 5** Foto cartão-postal de homenagem póstuma a D. Eduardo, produzido em agosto de 1939, em continuidade à campanha de arrecadação de fundos para a continuidade das obras



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus, Bahia

Na figura 5<sup>lv</sup>, Santos (1967) se referiu a esta fotografia com a seguinte legenda: “A Catedral como D. Eduardo a viu pela última vez”. Desta série de cartões-postais com a foto de D. Eduardo ao lado da catedral em construção foi feita mais uma edição nos anos 1940. O livro “Dom Eduardo José Herberhold, OFM – Segundo Bispo de Ilhéus (poema e documentário)”, de autoria de D. Caetano Antônio Lima dos Santos, OFM Cap (Franciscano Capuchinho), Bispo de Ilhéus, entre 1958-1969, é o escrito mais completo que existe sobre D. Eduardo, aqui utilizamos como fonte impressa. O opúsculo de 96 páginas, com as medidas de 15x12 cm, foi impresso pela Escola Gráfica Nossa Senhora do Loreto, em Salvador, e lançado como parte das

---

<sup>lv</sup> Nota atrás da foto – “*In piam memoriam - Revmo. D. Episcopi Ilhéosensio - Dom Eduardo Herberhold oferecido sinceramente á Sua Exa. Dom Sebastião Cardeal Leme, por Pe. Emílio Fudlelhifa - secretário particular do Bispo. Ilhéos, 28 de agosto de 1939*”.

festividades da inauguração e dedicação do templo da nova e atual Catedral de São Sebastião, igreja da Sé Diocesana de Ilhéus, em setembro de 1967.

D. Caetano o escreveu baseado em cartas, jornais e documentos, entremeados de poesias sobre a vida e obra de D. Eduardo, também de sua autoria. O livrinho foi publicado para fazer memória de D. Eduardo como o idealizador e construtor da nova catedral, como também, para que com sua venda, os recursos fossem empregados para ajudar na manutenção do seminário diocesano às margens do rio Fundão em Ilhéus, fundado em 1952, por D. Benedito Zorzi, Bispo de Ilhéus entre 1946-1952. Citar sobre o assunto das vocações sacerdotais neste artigo, se justifica por causa da grande preocupação que D. Eduardo tinha sobre o assunto em seu bispado (1931-1939), pois, a Diocese de Ilhéus não tinha seminário próprio, seus seminaristas tinham de ir para estudar filosofia e teologia no Seminário Central da Bahia, em Salvador, o que causava às famílias dos seminaristas, alto custo financeiro para mantê-los na capital do estado.

Sobre o uso da biografia de D. Eduardo por Santos (1967), como fonte, sabemos que: “No sentido do senso comum, a biografia é hoje certamente considerada uma fonte para se conhecer a História. A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu.”<sup>lvi</sup> Escrito com o objetivo de apresentar a vida de D. Eduardo, como exemplo de santidade e de total entrega a Deus no serviço do povo e da Igreja, com linguagem didática e romântica, já que estamos falando de um autor, que além de Bispo, era professor de carreira, D. Caetano em alusão aos festejos de inauguração e dedicação da catedral de São Sebastião em 1967, apresenta D. Eduardo, também, com uma espécie de auréola de bem-aventurança, de heroísmo desmedido, em prol da conquista que a Diocese de Ilhéus perseguia em concluir desde sua repentina morte em 1939. Pois o seu ser biografado, segundo Oliveira (2017):

A biografia sempre remeterá ao tema da unidade, coerência e sentido das experiências vividas por um indivíduo. Das vidas dos grandes varões ilustres, compostas como espelhos de heroicidade e exemplaridade moral, às trajetórias dos sujeitos comuns, desvendadas sob a chave da pluralidade e heterogeneidade dos contextos sociais que as constituem, a questão crucial que se encontra no cerne do enigma biográfico é a da identidade pessoal, isto é, a do sujeito ou o quem da ação.<sup>lvii</sup>

---

<sup>lvi</sup> Borges (2015, p. 215).

<sup>lvii</sup> Oliveira (2017, p. 430).

A identidade pessoal, o sujeito e o quem da ação foi D. Eduardo, usado como ponto de unidade da Igreja diocesana de Ilhéus, pois: “não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes.”<sup>lviii</sup>, já que para se escrever um livrinho, difundindo a obra do Bispo franciscano que doou tudo de si para a construção da nova catedral, como testemunho para despertar novas vocações sacerdotais e leigas para a Igreja em Ilhéus, D. Caetano promoveu uma dupla homenagem póstuma para a voz do pastor falecido de ataque cardíaco em 1939, e que muito ecoou em suas pregações no Altar e em retiros espirituais, as seguintes palavras: “*Já por falta de operário, traiçoeira a urze cresce, suscitai, Senhor da Vinha, quem trabalhe em Vossa Messe.*”<sup>lix</sup>

O percurso de escrita de D. Caetano sobre a vida de D. Eduardo, segundo as notas de fim de texto apresentados no fim do livrinho, foi baseado em fontes impressas e da imprensa, fontes orais em diversos depoimentos recolhidos, e cartas pessoais e oficiais trocadas por D. Eduardo. Borges (2015, p. 218) diz que: “as melhores biografias são aquelas em que o autor não só não se esconde, mas constrói a narração de certa forma acompanhando seu percurso de pesquisa”, embora com o discurso de um Bispo que ensina de uma forma simples, como bom professor e acadêmico, D. Caetano com essa biografia, através dessas fontes orais, de relatos de graças alcançadas pela intercessão de D. Eduardo após sua morte, testemunhados também por diversas cartas recolhidas e catalogadas no arquivo da Cúria Diocesana, produziu uma fonte importante de pesquisa para a história eclesiástica do sul da Bahia.

## Considerações finais

Oito décadas já se passaram de sua morte (1939), e o nome de D. Eduardo vive pelas ruas da cidade de Ilhéus. Seu grande marco na Diocese de Ilhéus foi, sem dúvida, ter iniciado as obras de construção da nova e atual catedral de São Sebastião (1931-1967), que até hoje pelo povo de Ilhéus é conhecida como a “Catedral de D. Eduardo”. Um antigo relato mítico entre os

---

<sup>lviii</sup> Borges (2015, p. 215).

<sup>lix</sup> Refrão do Hino do I Congresso Diocesano de Ilhéus sobre Vocações, em 1949. Letra de autor desconhecido. Fonte: I CONGRESSO DIOCESANO DE ILHÉUS SOBRE VOCAÇÕES, 1950, p. 7.

mais antigos de Ilhéus dizia que “quando a catedral ficasse pronta, o mundo iria se acabar”, porque no imaginário simples do povo, por ter sido uma obra tão grandiosa, nunca vista antes na região, duvidaram muito que ela seria concluída, mas foi inaugurada e dedicada em 1967, 36 anos depois do início de sua construção.

A “Catedral de D. Eduardo” é o patrimônio religioso mais fotografado e divulgado da cidade de Ilhéus, símbolo de alta sofisticação arquitetônica de um templo religioso, tão significativo para o povo ilheense, mas lembremos que o templo da catedral está na cidade, mas é patrimônio de toda a diocese, de todos os fiéis espalhados nas paróquias e municípios que compõem a circunscrição eclesial. A vida de D. Eduardo ainda requer mais pesquisas, pois, fontes existem para essa análise. A própria Diocese de Ilhéus deveria incentivar mais pesquisas sobre sua história, já que é uma das Igrejas históricas da Bahia, tão bem retratada nos romances de Jorge Amado, aos quais, dois títulos fizemos questão de citar e discutir neste artigo, no intuito de aproveitar da literatura para o uso historiográfico.

As fotografias e as cartas de correspondências, revelam momentos cristalizados que o próprio D. Eduardo viu, leu, guardou e levou consigo em sua memória, mas agora, com tais fontes, somos os continuadores dessa nova memória que exploramos historiograficamente para produzir conhecimento. D. Eduardo foi o segundo Bispo, hoje a Diocese de Ilhéus já está no décimo ordinário local e com 110 anos da sua criação.

O que conjecturamos neste artigo ainda é muito pouco, diante da variedade de fontes e de possibilidades que se pode desenvolver sobre a vida e a obra de D. Eduardo, mas, a Especialização em História da Bahia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), acolheu um trabalho de pesquisa inédito, e que agora publicamos neste periódico, sobre um personagem e instituição religiosa, que se confundem com a formação, as tramas e dramas das disputas entre as elites nas “terras do sem-fim”. Esperamos ter entregado aquilo que no início deste artigo prometemos.

## REFERÊNCIAS:

### Fontes impressas:

- BARROS, F. B. Memória sobre o município de Ilhéus. 3ª edição. Ilhéus, BA: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004, 163 p.
- CAMPOS, J. S. Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006, p. 422.
- CONGRESSO Diocesano de Ilhéus sobre Vocações (I). Salvador: Ed. Mensageiro da Fé, 1950, p. 173 p.
- MAGALHÃES, W. Pastores da Bahia. Salvador: Organização Odebrecht, 2001, 194 p.
- SANTOS, C. A. L. dos. Dom Eduardo José Herbehold, OFM – Segundo Bispo de Ilhéus: poema e documentário. Salvador: Escola Gráfica de Nossa Sra. de Loreto, 1967, 96 p.

### Sites:

- AQUINO, F. Quais os documentos o Papa usa e qual a diferença entre eles?  
Disponível em: <https://cleofas.com.br/quais-os-documentos-que-o-papa-usa-e-qual-a-diferenca-entre-eles/>.
- ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM, PA.  
Disponível em: <https://www.arquidiocesedesantarem.org.br/bispos/2/dom-amando-bahlmann-ofm>.
- CONFERÊNCIA DOS CAPUCHINHOS DO BRASIL.  
Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/historia>.
- CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS ESTIGMAS.  
Disponível em: <http://www.estigmatinos.com/congregacao/historia>.
- DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890.  
Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- EUSÍNIO LAVIGNE  
Disponível em: <https://ilheuscomamor.wordpress.com/2011/06/09/eusinio-lavigne-um-ilheusense>
- NUNCIATURA APOSTÓLICA NO BRASIL.  
Disponível em: <https://nunciaturaapostolica.org.br/nuncio-2/>.
- PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PROIC-UESC.  
Disponível em: <https://uescproic.com/>
- PROVÍNCIA FRANCISCANA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL.  
Disponível em: <https://www.ofmsantoantonio.org/p/institucional/carisma>.
- SANTA SÉ.  
Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_x/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/index_po.htm).

### Bibliografia:

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade & Estado*, Brasília, DF, 15 (2), dez. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- ALBERIGO, G. (Org.). *História dos concílios ecumênicos*. Tradução de: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995, 470 p.
- AMADO, J. *Terras do sem-fim*. Posfácio de Miguel Sousa Tavares. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 270 p.
- \_\_\_\_\_. São Jorge dos Ilhéus. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944, 332 p.
- AZZI, R. *A Sé Primacial de Salvador – A Igreja Católica na Bahia*. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2001, 543 p.
- BASSINI, P. F. Paróquia, rede de comunidades. *Vida Pastoral*, São Paulo, ano 52, nº 279, julho-agosto de 2011. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/parouquia-rede-de-comunidades/>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015, p. 203-233.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (1983). Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acesso em: 5 ago. 2023.
- COSTA, L. (Org.). *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997, 733 p.
- KOSSOY, B. *Fotografia & História*. 4ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, 175 p.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia no Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAUAD, A. M. *Através da Imagem: fotografia e história-interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73 - 98. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf). Acesso em: 9 ago. 2023.
- MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 213 p.
- OLIVEIRA, M. G. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803509>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- PINHEIRO, G. F. O. Os “Monges de Branco” e os Sertões das Jacobinas: Catolicismo e Restauração nas ações missionárias de Pe. Alfredo Haasler. (1938/1965). 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/990>. Acesso em: 5 ago. 2023.
- PRADO JR. C. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961, 391 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5502200/mod\\_resource/content/1/Caio%20Prado%20Jr.%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20contempor%C3%A2neo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5502200/mod_resource/content/1/Caio%20Prado%20Jr.%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20contempor%C3%A2neo.pdf). Acesso em: 5 ago. 2023.
- RIBEIRO, A. L. R. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus, BA: Editus, 2001, 167 p. Disponível em: <http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/familia-poder-mito.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- RIBEIRO, O. C. *Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)*. In: MACÊDO, J. R. (org.). *Diocese de Ilhéus: 100 anos de História*. Ilhéus, BA: Editus, 2013. v. 1, p. 17-56. Disponível em: [http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese\\_ilheus.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/diocese_ilheus.pdf). Acesso em: 5 ago. 2023.

RIBEIRO, O. C. Religião, transformação, conflitos e festas: a história da freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras. Ilhéus, BA: Editus, 2021, 208 p.

RIBEIRO, O. C. Transformações urbanísticas na Bahia: a demolição da capela de São Sebastião em Ilhéus e da antiga igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras (1927-1932). In: VI Semana de Licenciatura em História do Instituto Federal de Goiás, 2016, Goiânia, GO. Anais da Semana de Licenciatura em História do IFG. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Oslan-Costa-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SANTOS, I. S. Igreja Católica na Bahia - A reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930). Dissertação de mestrado PPGH/UFBA, 2016, 158 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11259/1/Dissertacao%20Israel%20Santosseg.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 420 p.